

Relatório de Gestão 3ª Vice-Presidência

Biênio 2024-2026

Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima

3º Vice-Presidente



Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima
3º Vice-Presidente

José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras
Juiz de Direito Auxiliar

Mariana Horta Petrillo
Diretora Executiva de Planejamento e Gestão

Paula Bracarense Rodrigues Resende
Assessora Jurídica da 3ª Vice-Presidência

Laís Alves Camargos
André Gustavo Amaral Nunes
Assessores do Gabinete da 3ª Vice-Presidência

Emerson Filipe Neves Carneiro
Letícia Bicalho Dias
Assessores da Diretoria Executiva 3ª Vice-Presidência

Jade Moreira Ribeiro
Gerente de Tratamento Adequado de Conflitos (GETAC)

Márcia de Oliveira Silva Montalvão
Gerente de Estratégia e Projetos (GEREST)

Sofia Damasceno Barbosa
**Gerente dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos de
2º Grau e Especializados (GECESP)**

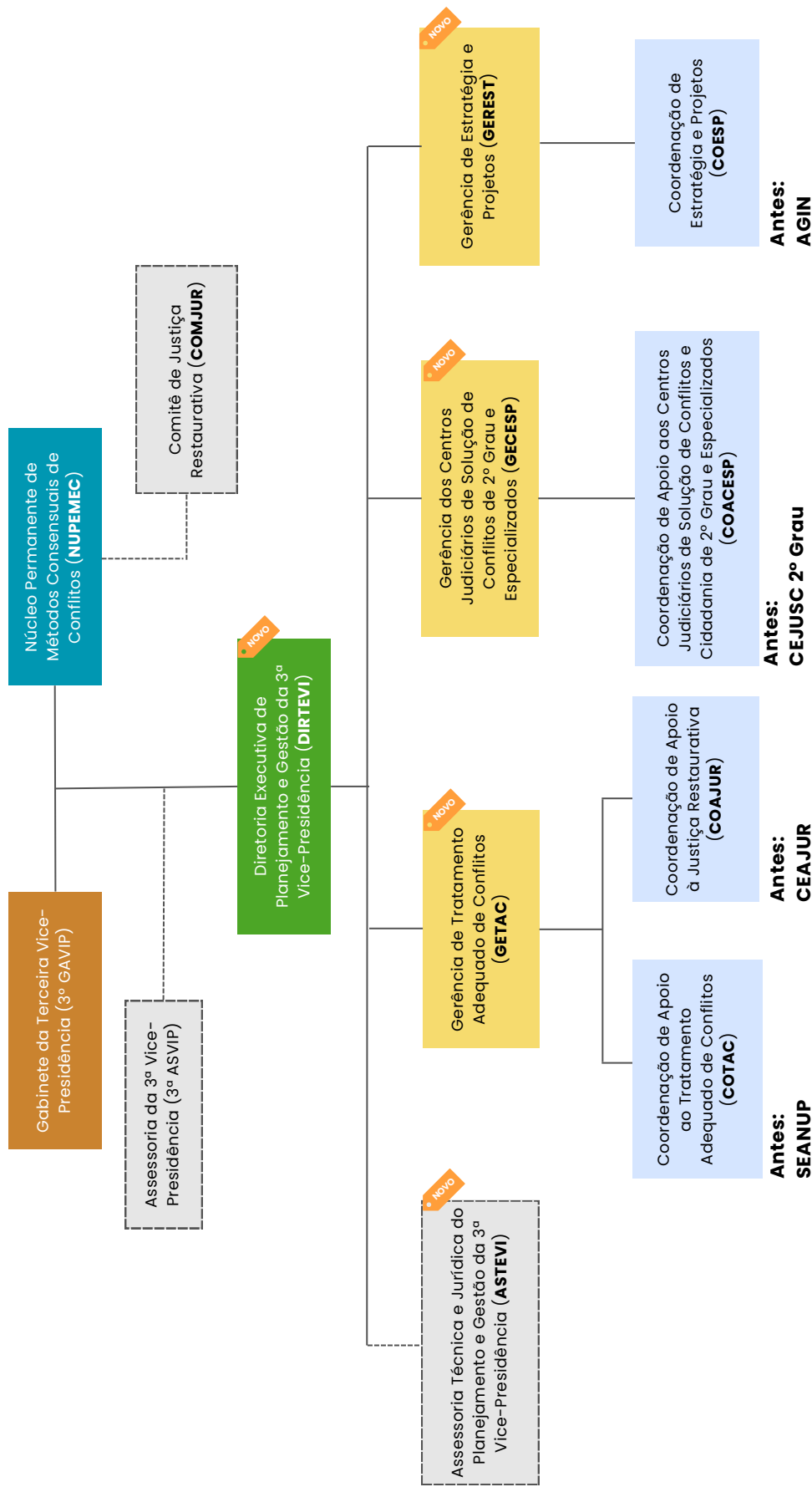
Bárbara de Oliveira Silva
**Coordenadora de Apoio aos CEJUSCs de 2º Grau e
Especializados (COACESP)**

Estevam Pessôa Carneiro
Coordenador de Estratégia e Projetos (COESP)

Gisele Luíza Soares Moura
Coordenadora de Apoio à Justiça Restaurativa (COAJUR)

Samuel Duarte dos Santos
**Coordenador de Apoio ao Tratamento Adequado de
Conflitos (COTAC)**

ORGANOGRAMA DA 3ª VICE-PRESIDÊNCIA



Sumário

1	<i>Apresentação</i>	05
2	<i>Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec)</i>	08
3	<i>Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)</i>	12
4	<i>Justiça Restaurativa</i>	32
5	<i>Disseminação do Conhecimento</i>	37
6	<i>Projetos e Iniciativas</i>	44
7	<i>Eixo Jurisdicional</i>	53
8	<i>Boletim Informativo “Conciliação e Inovação em Foco”</i>	61
9	<i>Intercâmbio de Experiências</i>	62
10	<i>Reestruturação da 3ª Vice-Presidência</i>	66

1

Apresentação

A partir de meados do século 20, os países politicamente mais avançados consolidaram o paradigma do Estado Democrático de Direito.

Conforme Norberto Bobbio, passamos a vivenciar a “Era dos Direitos”:

“O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, A era dos direitos, 2003, p. 239).

Mauro Cappelletti e Bryanth Garth apontaram o acesso efetivo à Justiça como um dos elementos essenciais ao novo paradigma:

“O direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos” (CAPPELLETTI e GARTH, Acesso à Justiça, 1988, p. 9-12).

O controle progressivo da Justiça sobre a vida coletiva é um dos maiores fatos políticos contemporâneos - salientou Antoine Garapon. Juízes são chamados a manifestar em número cada vez mais extenso de setores da vida social (GARAPON, O juiz e a democracia: o guardião das promessas, 1999, p. 24).

É crescente, portanto, a judicialização de conflitos em nível global.

O Brasil aderiu a esse movimento mais tardiamente, com a promulgação da Constituição da República de 1988. Contudo, as estatísticas do Judiciário brasileiro são assustadoras na sua ascensão anual:

“Quase 84 milhões de processos em tramitação, distribuídos por 91 tribunais (mais de 80% na Justiça Estadual), passam nas mãos de 18 mil juízes e 275 mil servidores brasileiros para serem solucionados. Um índice de judicialização que não pára de crescer e que chegou, em 2023, a 35 milhões de novos casos, um aumento de quase 9,5% em relação ao ano anterior. Os dados compõem o Relatório Justiça em Números 2024 (ano-base 2023), elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”

Diante do preocupante quadro de desenfreada judicialização, uma década mais tarde Mauro Cappelletti reconheceu a necessidade de um novo modelo de Justiça:

“A temática daquilo que chamei a ‘terceira onda’ vai muito além dessas formas de simplificação dos procedimentos e dos órgãos de justiça. Muito importante é a substituição da justiça contenciosa por aquela que denominei de ‘justiça coexistencial’, isto é, baseada em formas conciliatórias” (CAPPELLETTI, Revista Forense, vol. 318, 1992, p. 123-124).

O professor Frank Ernest Arnold Sander, da Universidade de Harvard, criou a expressão “Justiça Multiportas” em 1976, numa conferência (Pound Conference) convocada pelo presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, Warren Burger:

“No sistema de múltiplas portas, o jurisdicionado, diante das peculiaridades do caso concreto, será orientado a optar pelo meio mais adequado de resolução do seu problema, seja ele auto ou heterocompositivo”.

“Assim sendo, na estrutura alicerçada no Multi-door Courthouse, para cada tipo de controvérsia, há uma determinada forma de solução mais adequada, de modo que, em certos casos, a melhor solução será obtida pela mediação; enquanto em outros, pela conciliação; outros ainda pela arbitragem; e, finalmente, os que serão melhor resolvidos pela decisão do juiz estatal ou qualquer outro meio considerado adequado” (O sistema de múltiplas portas. Portal Sistemas Judiciales, Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA) y el Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP), disponível em <https://sistemasjudiciales.org/institucional/>. Acesso em 14.03.2023).

Seguindo vigorosa tendência das gestões anteriores, durante a gestão 2024/2026 a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais incrementou as práticas autocompositivas.

Da mesma forma, fomentou diversas ações voltadas para a cidadania.

Todas essas atividades resultaram do incansável trabalho da equipe da Terceira Vice-Presidência (juiz auxiliar e servidores); e da imprescindível colaboração dos diversos parceiros públicos e privados.

No campo jurisdicional, torna-se cada vez mais asfixiante o gargalo do exame da admissibilidade de recursos extraordinários e especiais, nos âmbitos dos Direitos Privado (lato sensu) e Criminal. Todavia, procedemos à análise dos milhares de recursos dentro dos limites temporais autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Sinto-me realizado e gratificado. Trabalhei com uma equipe leal e dedicada. Fortaleci as práticas autocompositivas e as divulguei por todos os pontos do Estado. Como afirma o estimado presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Carlos Corrêa, fui um Dom Quixote, cavaleiro andante da conciliação, mediação e cidadania.

Integrei a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Minas Gerais às nossas tarefas.

Conheci de perto os povos originários (indígenas e quilombolas).

Encaminhei as práticas de regularização fundiária urbana (Reurb).

Passado o biênio, enfim, sinto-me outra pessoa e outro juiz. Estou mais crente na cultura da pacificação, mais eficaz do que a cultura do litígio.

Nascemos e renascemos muitas vezes, ao longo da existência - dizia o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900).



Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima
3º Vice-Presidente do TJMG

2

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec)

Órgão responsável por desenvolver a Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses.

Semana Nacional da Conciliação

Evento anual nacional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que objetiva a valorização e o incentivo dos métodos consensuais de solução de conflitos. Unidades judiciárias são incentivadas a aderir e organizar pautas concentradas para **soluções consensuais** em processos, buscando o maior número de conciliações e promovendo mudança de cultura em relação à litigiosidade.

Em 2024 a Semana foi realizada de 4 a 8 de novembro.

22.586

audiências realizadas

6.870

acordos



Em 2024 o TJMG ficou em **1º lugar** no índice de conciliação do Justiça em Números entre os Tribunais de grande porte.

Em 2025 a Semana foi realizada de 03 a 07 de novembro.

16.125

audiências realizadas

1.642

acordos

Reuniões do Nupemec

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) reúne-se, mediante convocação, para tratar pautas de interesse estratégico para o desenvolvimento da Política Judiciária de tratamento adequado de conflitos.



3

Reuniões durante a gestão

Participação em Fóruns Nacionais de Mediação e Conciliação (Fonamecs)



 **Local:** Porto Velho/RO

 **Dias:** 24 e 25/4/2025



 **Local:** Palmas/TO

 **Dias:** 16 a 18/6/2025



 **Local:** São Paulo/SP

 **Dia:** 26/11/2025



 **Local:** Curitiba/PR

 **Dias:** 15 a 17/4/2026

Participação em Encontros de Nupemecs



 **Local:** Manaus/AM

 **Dias:** 2/8/2024



 **Local:** São Paulo/SP

 **Dias:** 12/6/2025

Escolas e Instituições de Ensino

A 3ª Vice-Presidência assegura que cursos de formação de mediadores judiciais sejam oferecidos por entidades idôneas, com condições técnicas e pedagógicas para cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

6

Instituições credenciadas

2

Novas escolas reconhecidas na gestão

Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação

Vincula câmaras privadas ao Tribunal de Justiça, incentivando a autocomposição e possibilitando a homologação de acordos pré-processuais e processuais pelos Juízes Coordenadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Fortalece o sistema multiportas de justiça, oferecendo mais opções qualificadas para o cidadão resolver seus conflitos.

4

Novas câmaras credenciadas

16

Câmaras renovadas

*contando agora com **25** câmaras privadas*

Serventias Extrajudiciais

Foi iniciado o fluxo de autorização das serventias extrajudiciais para a realização de conciliações e mediações.

3

Cartórios autorizados

3

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)

Unidades Judiciárias que objetivam a realização de audiências e sessões de conciliação e mediação.

CEJUSCs de 1º Grau (298 unidades instaladas no Estado)

Números dos Cejuscs

Tipo de Audiência	Agendadas	Realizadas	Percentual de realização	Acordadas	Percentual de acordos
Conciliação pré-processual	129.625	87.241	67,30%	43.352	49,69%
Conciliação processual	208.826	149.072	71,39%	35.717	23,96%
Mediação pré-processual	7.396	5.361	72,49%	3.644	67,97%
Mediação processual	1.118	877	73,76%	359	40,94%

Avaliação dos Usuários dos Cejuscs



90%

dos atendidos informaram que o atendente demonstrou atenção, cuidado e competência no atendimento.

59%

dos atendidos responderam que, após o atendimento, a visão do Poder Judiciário melhorou.

91%

dos atendido disseram que o conciliador/mediador demonstrou atenção e cuidado no atendimento.

Visitas técnicas em Cejuscs

As visitas técnicas presenciais aos Cejuscs objetivam conhecer estrutura, uniformizar procedimentos, acompanhar e orientar equipes, registrar e disseminar boas práticas, auxiliar rotinas administrativas, padronizar movimentações sistêmicas e apoiar projetos locais.

96.461,67

Quilômetros percorridos

198

Cejuscs visitados

46

Papres visitados

4

Fóruns Digitais visitados





Mutirões realizados em Cejuscs

Os Cejuscs realizaram **9.662 acordos** em mutirões ao longo da Gestão.

Mutirão de Dano Água

Foram realizados em Governador Valadares, mutirões de conciliação voltado para ações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015. A iniciativa objetiva promover acordos entre os atingidos e os responsáveis, buscando acelerar o processo de reparação e **reduzir o número de ações judiciais** relacionadas.

14.240

Acordos homologados



“Sofri muito com a falta d’água, pois tinha que procurar poços para abastecer minha casa, o que era extremamente trabalhoso. Entrei com uma ação na Justiça, mas não havia uma definição, pois eram muitas ações. Quando fiquei sabendo do mutirão, resolvi aceitar o valor oferecido pela Samarco e acabar com o problema”.



Irene Alves Vasconcelos

Postos de Atendimento Pré-Processual (PAPRES)

Os postos de atendimentos pré-processuais (Papres) buscam ampliar o setor pré-processual dos Cejuscs mediante parcerias com instituições públicas, privadas ou entes municipais. O objetivo é **descentralizar** o acesso aos métodos autocompositivos, permitindo sessões de conciliação e mediação prévias ao ajuizamento de ações judiciais, contribuindo para a pacificação social e redução da litigiosidade.

Foram formalizados **50 novos** Instrumentos de Cooperação Técnica



Inauguração Posto de Atendimento Pré-Processual em Carangola

Estatísticas dos Papres



11.878 audiências agendadas



9.066 acordos realizados

NUCLEOMULTI

O Núcleo Integrado de Justiça Multiportas (Nucleomulti) foi instituído pela **Portaria Conjunta nº 1665/PR/2025**, promovendo métodos autocompositivos para a solução de conflitos de **forma pré-processual**, envolvendo entidades públicas e privadas partícipes, no âmbito dos Cejuscs e dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.

+3.070
audiências realizadas

+1.584
acordos realizados

**Audiências****Acordos****882****473****1071****574****129****57****71****30****716****341****195****106**

Foram celebrados 6 **convênios** com os seguintes parceiros: *Claro, Itaú, Unimed/BH, Unimed Federação Minas, Banco Mercantil e PicPay.*

Oficinas de Pais e Filhos

A Oficina de Divórcio e Parentalidade consiste em programa educacional, multidisciplinar e preventivo, sem fins lucrativos, com o intuito de harmonizar e de estabilizar as relações familiares, especialmente na fase de transição oriunda do rompimento da relação conjugal que gerou filhos.



Foram realizadas **169** oficinas, com a participação de **1.885** pais e **291** filhos, totalizando **2.176** participantes.

Aicineira e assistente social Karla Cristina Miscalli Ferrari Lana (esq.) e a juíza Fabiana Cristina Cunha de Lima Brum na abertura de oficina em Carangola



Destaques das ações com a tragédia de Brumadinho



Em 30/04/2025, foi realizada, no TST, a solenidade de homologação do **acordo entre a Vale S.A. e os espólios** das vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho, oportunidade em que o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG, José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, destacou a importância do acordo.



Em 03/07/2025 o TJMG recebeu **Medalha Comemorativa dos 20 anos do CSJT**, em reconhecimento à atuação no acordo decorrente da tragédia de Brumadinho.

CEJUSCs de 2º Grau e Especializados

CEJUSC de 2º Grau

Unidade instituída para realização de audiências de conciliação e de mediação em processos que tramitam na **segunda instância** do TJMG. Objetiva solucionar demandas por autocomposição, mesmo após a prolação de sentença de primeiro grau, oferecendo via mais célere e satisfatória para a resolução final do conflito.

Resultados



Audiências agendadas: **3.163**



Audiências realizadas: **1.858**



Acordos: **112**



Montante: **R\$ 72.816.614,00**



Em 20/08/2024, foi firmado acordo entre o Estado de Minas Gerais e sindicatos do Judiciário para pagamento de correção monetária e juros das datas-base de 2014 a 2017.



CEJUSC Social

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, destinados à solução de conflitos relacionados a demandas territoriais, urbanas e rurais, e de grande repercussão social, no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

Resultados



Audiências agendadas: **150**



Audiências realizadas: **138**



Acordos: **6**



Montante: **R\$400.000.000,00**



Foi firmado acordo entre Governo de Minas, Sintram, MPMG e órgãos estaduais para reequilibrar contratos de transporte público, com repasse de R\$382 milhões e aquisição de 600 ônibus.



CEJUSC Social



Em janeiro de 2025, houve acordo em ação de reintegração de posse para instalação de centro de atenção à população em situação de rua, definindo cronograma de desocupação até 21/03/2025.

Em março de 2025, acordo em conflito fundiário coletivo com o MTL previu vistoria para assentamento e desocupação da área até 30/12/2025, com restrições a construções e aumento de ocupantes.

Em agosto de 2025, o TJMG homologou acordo pacífico de reintegração de posse entre a Companhia de Mineração Serra Azul (Comisa) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A mediação, conduzida pela Comissão de Solução de Conflitos Fundiários e pelo Cejusc Social, resolveu a ocupação de uma área de 42 hectares em São Joaquim de Bicas, garantindo a realocação das famílias para outra propriedade disponibilizada pela mineradora.



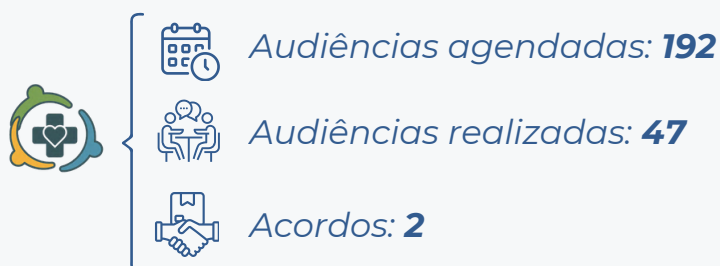
Em dezembro de 2025, foi homologado acordo em uma ação de reintegração de posse na Fazenda Casa Grande, em um litígio judicial no município de Matias Cardoso que durava quase 20 anos. A autocomposição beneficiou 51 famílias de uma comunidade quilombola local.



CEJUSC Saúde

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de questões de direito à saúde, individuais ou coletivas, no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

Resultados



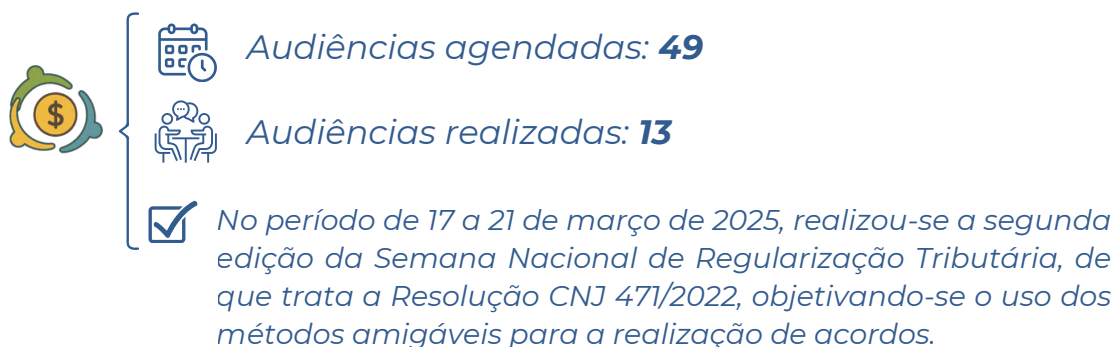
No período de 7 a 11 de abril de 2025, realizou-se a **I Semana Nacional da Saúde**, conforme orientação da Resolução CNJ nº 576/2024. Durante a semana, foi realizada, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), a live “Competência à luz do Tema 1234 do STF”.

No período de 6 a 12 de abril de 2026, realizou-se a **II Semana Nacional da Saúde**, promovida pelo CNJ e pelo Fonajus. O Cejusc Saúde foi responsável por informar aos magistrados coordenadores de todos os CEJUSCs do Estado de Minas Gerais sobre a disponibilidade para assumir pautas de todas as comarcas, assim como foi feito com as Câmaras de Direito Público e Privado. Para viabilizar a continuidade na realização das audiências de conciliação que envolvessem a temática, o Cejusc Saúde estendeu a disponibilidade de pauta para todo o mês de abril de 2026.

CEJUSC Tributário

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de questões tributárias no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

Resultados



CEJUSC Empresarial

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de questões de direito empresarial que versem sobre recuperação de empresas e falências, dissolução de sociedades empresárias, marcas e patentes no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

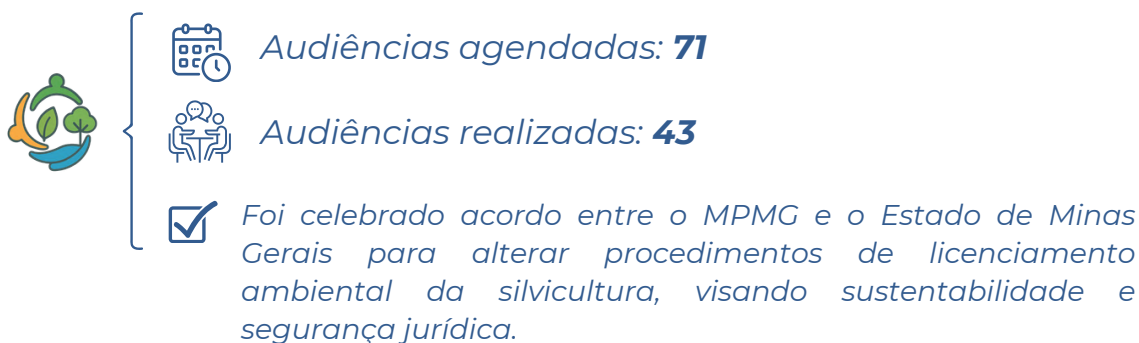
Resultados



CEJUSC Ambiental

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de questões relacionadas a demandas ambientais de grande repercussão social no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

Resultados



CEJUSC Direito de Famílias

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de demandas do Direito das Famílias, no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**. Atualmente funciona como uma especialização da pauta de audiências em processos na fase recursal.

Resultados



Cejusc Virtual

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para a conciliação e a mediação, pré-processual e processual, realizadas por meios telemáticos, na Justiça Comum de **Primeira e Segunda Instâncias**. Cooperar com comarcas que apresentem insuficiência de equipamentos ou de conciliadores e mediadores, bem como promove pautas concentradas e mutirões.

Resultados



Audiências realizadas: **2.396**



Acordos: **173**



Montante: **R\$3.841.435,41**

Mutirões realizados

Mutirão Latam



Período: 07 a 15/10/2024



Acordos: 16



Quantia acordada: R\$111.300,00

Mutirão Santander



Período: 10 a 13/12/2024 | 15/05/2026



Acordos: 15



Quantia acordada: R\$118.000,00

Mutirão Itaú



Período: 29 e 30/05/2025 | 23 e 27/06/2025



Acordos: 17



Quantia acordada: R\$281.790,14

Mutirão Localiza



Período: 10 a 12/11/2025



Acordos: 13



Quantia acordada: R\$210.398,51

Cooperações realizadas

Comarca de Juatuba



Período: 26 a 28/11/2025



Audiências realizadas: 69

Comarca de Itabira



Período: 25/05/2026 até o momento



Acordos: 14



Quantia acordada: R\$17.975,60



CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais

Unidade especializada com competência em todo o Estado de Minas Gerais para conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, para o tratamento de questões que envolvam direitos dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, no âmbito das **Primeira e Segunda Instâncias**.

Resultados



-  Comunidades escutadas: **povos indígenas Maxakali, Kamakã Mongoió, Aranã, Xukuru Kariri, Warao e Xakriabá, além de comunidades quilombolas das Comarcas de Guanhães e Diamantina.**
-  Horas em campo: **184**
-  Ações e Parcerias: **Segurança no manejo da energia elétrica ao povo Maxakali, Comitê JusPovos, Projeto Hãmhi - Terra Viva, Conhecendo o Judiciário e Seminário Acesso à Justiça e aos Povos Indígenas**

Parceiros



✓ *Ações desenvolvidas*

Manejo Seguro de Energia Elétrica nas Aldeias Maxakali

Iniciada em setembro de 2024 na aldeia do pajé Manoel Damásio (Bertópolis), a capacitação para o uso seguro de energia elétrica reuniu TJMG, Senai, Cemig, Funai e MPF. Focada na prevenção de riscos à comunidade Maxakali, a ação conjunta teve continuidade com novas etapas ao longo de 2025 e 2026.



Instalação do Comitê JusPovos

Em 22 de agosto de 2025, foi instalado o Comitê Interinstitucional sobre Povos Tradicionais de Minas Gerais (JusPovos), com a integração do TJMG por meio do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais.



Escuta ativa - Guanhões

Em setembro de 2025, realizou-se a primeira ação de cidadania em comunidade quilombola, promovendo uma escuta ativa na comunidade Moinho Velho, localizada em Senhora do Porto (comarca de Guanhões).



“Conseguimos reunir todos os atores que podem, de fato, ajudar a mudar a realidade social das pessoas que vivem não só na comunidade de Moinho Velho, mas em diversas outras, porque estavam presentes lideranças quilombolas da região. Foi uma oportunidade efetiva de escuta ativa das demandas das comunidades. E com isso foi possível perceber as grandes questões que os incomodam (...) A partir disso, temos instrumentos efetivos, nós todos do setor público, para tentar trazer para a vida dessas pessoas um mínimo de dignidade.”

Des. Enéias Xavier Gomes, Coordenador-Adjunto do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais



Projeto Hãmhi - Terra Viva

Nos dias 15 e 16 de outubro de 2025, conduziram-se práticas de escuta ativa e articulação interinstitucional junto ao Projeto Hãmhi - Terra Viva, iniciativa voltada à soberania alimentar, recuperação ambiental e fortalecimento cultural do povo Maxakali, com o atendimento de cerca de 70 indígenas.



Escuta ativa - Diamantina

Em novembro de 2025, realizou-se ação de cidadania com escuta ativa na comunidade Raiz (Presidente Kubitschek, comarca de Diamantina). No fórum, foram ouvidas outras 9 comunidades quilombolas da região: Braúnas, Vargem do Inhaí, Andrequicé, Macacos, São João da Chapada, Fazenda Santa Cruz, Espinho, Quartéis do Indaiá e Mata dos Crioulos.



Conhecendo o Judiciário

Em 17 de abril de 2026, realizou-se a escuta ativa das etnias Kamakã Mongoió, Aranã e Xukuru Kariri no projeto "Conhecendo o Judiciário", com 37 participantes entre lideranças e magistrados. **Em 29 de maio de 2026**, promoveu-se a escuta ativa de estudantes Maxakali na UFMG, também em conjunto com o projeto.



Sessão virtual de mediação interinstitucional

Nos dias 26, 28 e 29 de maio de 2026, realizaram-se três sessões de mediação interinstitucional, resultando em acordo entre a Funai e o Cartório de Santa Helena de Minas para otimizar o fluxo de emissão de certidões de registro civil aos indígenas Maxakali.

Povos e comunidades tradicionais

O Projeto Cidadania, Democracia e Justiça aos Povos Originários em Minas Gerais, tem como objetivo garantir o acesso a justiça às comunidades indígenas e quilombolas, no âmbito das competências não reservadas à Justiça Federal. A cooperação técnica e operacional entre os partícipes para a execução de ações conjuntas por meio dos Cejuscs, visa ampliar o acesso dessas comunidades aos serviços judiciários, levando dignidade e cidadania a esses povos. O projeto teve sua fase estruturante concluída com a criação do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais, que passou a institucionalizar e dar continuidade às ações voltadas especificamente ao atendimento e à promoção do acesso à justiça dessas populações

Resultados

Ações com indígenas

 Itinerâncias: **18**  Audiências: **13**  Acordos: **100%**  Casamentos: **125**

Ações com quilombolas

 Casamentos: **16**

534

Atendimento de cidadania nas comunidades



4

Justiça Restaurativa

É um modelo de justiça que promove diálogo e corresponsabilidade entre todos os envolvidos em um conflito, objetivando restaurar relações, reparar danos e construir compromissos futuros mais harmônicos.

Projetos em JR implementados

Durante a gestão foram formalizados **8 projetos** nas seguintes comarcas: Araxá, Belo Horizonte (no âmbito do Tribunal do Júri - 2º Sumariante e 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), Governador Valadares, Mariana, Muriaé e Ponte Nova, contando atualmente com **23 projetos** em atividade no TJ.

*Há ainda **4 projetos em trâmite** para formalização em:*

- *Brumadinho*
- *Muriaé*
- *Uberlândia*



Coordenação de Apoio à Justiça Restaurativa (Coajur)

Unidade que atua como centro de referência para aplicação de práticas restaurativas. É responsável por receber casos, realizar sessões e círculos restaurativos, além de oferecer suporte técnico e metodológico a magistrados, servidores e facilitadores em todo o estado, promovendo a aplicação qualificada da Justiça Restaurativa em diversos contextos.



Desembargadora Mariângela Meyer

Assumi, nesta gestão, a coordenação da Coajur

Atuação Judicial

-  Sessões restaurativas: **336**
-  Autores: **86**
-  Vítimas: **41**
-  Apoiadores: **98**
-  Membros da comunidade: **38**
-  Casos exitosos: **17**
-  Acordos: **9**

Atuação Extrajudicial

-  Sessões restaurativas: **24**
-  Envolvidos: **10**
-  Apoiadores: **7**

Atuação Administrativa

-  Sessões restaurativas: **10**
-  Participantes: **129**

Resultados obtidos em **outros projetos** de JR no interior:

 Pré-círculos: **384**

 Círculos: **140**

 Participantes: **1232**

Processos Circulares para trabalhadores do TJMG

O projeto oferece a grupos de trabalhadores do Tribunal de Justiça a oportunidade de participar voluntariamente de círculos de construção de paz em formato virtual, com encontros temáticos, conduzidos por facilitadores de Justiça Restaurativa. O objetivo é criar um espaço seguro para escuta qualificada, **apoio aos servidores**, compartilhamento de experiências e fortalecimento de vínculos interpessoais, seguindo os princípios e diretrizes fundamentais da Justiça Restaurativa.

Resultados

🌀 Círculos realizados: **38**

👤 Facilitadores: **22**

👥 Participantes: **528**

“Foi muito acolhedor, me senti protegida. Queria ter conhecido antes. Ações como essa podem até salvar vidas”.

Participante de avaliação anônima realizada

Reuniões do COMJUR



O Comitê de Justiça Restaurativa (COMJUR) reúne-se, por convocação, para tratar pautas relativas ao desenvolvimento, implantação, difusão e expansão da Justiça Restaurativa. É o órgão colegiado encarregado de deliberar sobre as estratégias para tornar as reparações pelos fatos delitivos mais cooperativas e efetivas, consolidando a cultura de paz.

3

Reuniões durante a gestão

Programa NÓS

O Programa NÓS (Justiça Restaurativa nas Escolas) está implantado nas escolas das redes públicas municipal e estadual como política de prevenção, gestão, transformação e solução extrajudicial de conflitos escolares.

14 Reuniões do Comitê Gestor foram realizadas e 2 Reuniões extraordinárias com os tutores

Nesta gestão, a 3ª Vice-Presidência passou a coordenar o Comitê Gestor do Programa, sob a liderança do **Juiz Auxiliar José Ricardo dos Santos Freitas Vêras**.



Ações para divulgação do Programa Nós



Em 12/05/2025, a 3ª Vice-Presidência e parceiros apresentaram o Programa a escolas



Em 13/08/2025 foi realizada a live "Apresentação do Programa Nós"

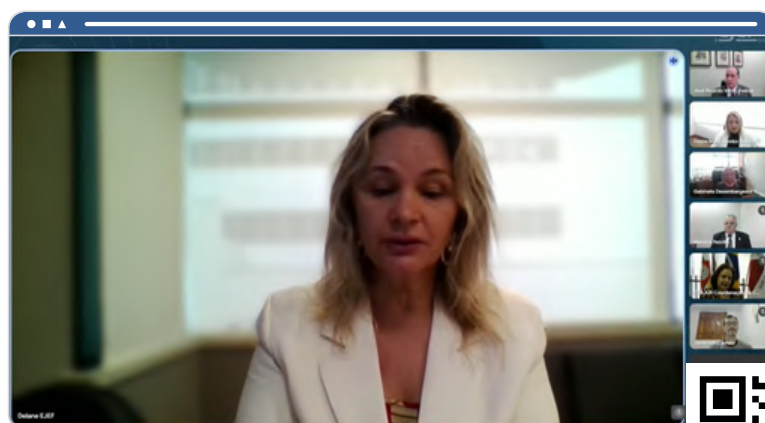


Semana Mineira de Justiça Restaurativa

A Semana Mineira de Justiça Restaurativa é um evento anual instituído pela Portaria Conjunta N° 1415/PR/2022 do TJMG, realizada no **mês de abril**, com o objetivo de promover a política pública de Justiça Restaurativa. Durante a semana, são realizadas diversas atividades, como publicações de reportagens, reuniões de supervisão com facilitadores, círculos de construção de paz, entre outras.



A ação de abertura foi a Live "**Encaminhamentos de casos para Justiça Restaurativa: fundamentos e práticas no TJMG**", realizada no dia 09/04/2025



A ação de abertura foi a Live "**Práticas de Justiça Restaurativa em Casos de Violência Doméstica e Familiar**", realizada no dia 13/04/2026



Capacitações

Em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), a 3ª Vice-Presidência promove calendário regular de cursos e ações educacionais, com objetivo de capacitar magistrados, servidores, mediadores, conciliadores e o público interessado em práticas autocompositivas e Justiça Restaurativa.

Capacitação	Turmas	Vagas
Capacitação em Conciliação	8	1600
Capacitação em Mediação	5	528
Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade	5	150
Curso do Programa Nós - Justiça Restaurativa	4	143
Aperfeiçoamento em Mediação Empresarial	2	<i>livre demanda</i>
Formação de Expositores das Oficinas sobre o Envelhecimento e suas repercussões no campo da Justiça – Turma 1/2024	1	50
Justiça Restaurativa: Curso teórico-prático de Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa	3	109
Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação Judiciais	3	270
Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação em Superendividamento	1	122
Lives de Justiça Restaurativa	3	<i>livre demanda</i>

Encontro de Juízes Coordenadores

O objetivo dos encontros é capacitar e alinhar os juízes coordenadores de Cejuscs por meio da troca de experiências, apresentação de boas práticas e discussão de estratégias para fortalecer a política de autocomposição e otimizar a gestão dessas unidades em benefício da sociedade.

3

Encontros regionais realizados



Montes Claros
28 e 29/11/2024



Uberlândia
22 e 23/05/2025



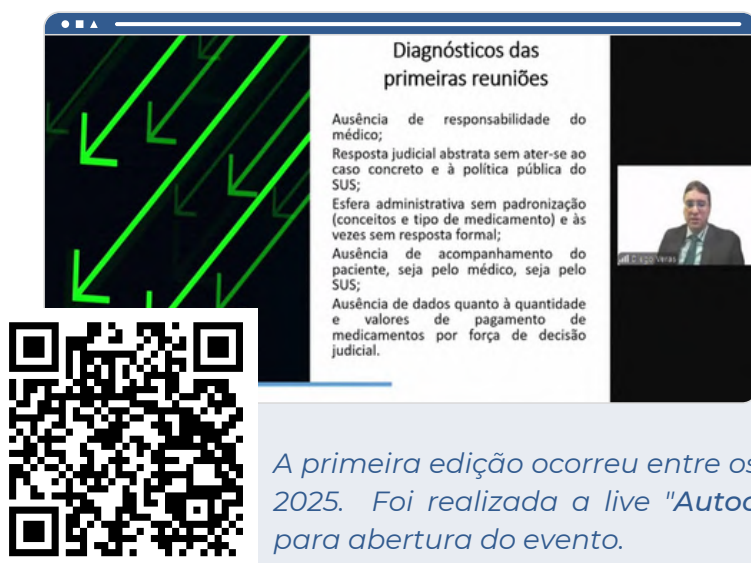
Pouso Alegre
02 e 03/03/2026

Semana Nacional da Regularização Tributária



A segunda edição ocorreu entre os dias 17 a 21 de março de 2025. Foi realizada a live "**Autocomposição e Regularização Tributária**" para abertura do evento.

Semana Nacional da Saúde



A primeira edição ocorreu entre os dias 7 e 11 de abril de 2025. Foi realizada a live "**Autocomposição e Saúde**" para abertura do evento.

III Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas

O evento ocorreu em 29/09/2025 e contou com especialistas nacionais e internacionais, cujo objetivo era discutir os avanços e os desafios da implementação de políticas de autocomposição e as formas de promover e difundir meios autocompositivos de solução de conflitos, fortalecendo a cultura da pacificação.



A primeira palestra da manhã foi da professora francesa Michéle Guillaume-Houfnug, com o tema ***“Mediação como Vetor de Paz através do Diálogo Ético”***

II Congresso Internacional de Justiça Restaurativa

Evento de grande porte com especialistas nacionais e internacionais para debater a Justiça Restaurativa, suas possibilidades e desafios para institucionalização no Poder Judiciário. Promove intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de experiências e aprofundamento teórico e prático sobre a matéria.



*O 3º vice-presidente do TJMG e coordenador do Comjur, desembargador Rogério Medeiros, ressaltou o **sucesso do Congresso**, que finalizou com a apresentação de trabalho de pesquisadores da área.*

Seminário “Justiça Restaurativa: Práticas, Saberes e Transformações”

Em 24/1/2025, foi realizado o seminário, em parceria com a Ejef, no TJMG. Foram abordados temas relacionados à Justiça Restaurativa em vários âmbitos, tais como criminal, familiar, etc.



III Congresso Internacional de Justiça Restaurativa

A terceira edição do evento reuniu especialistas nacionais e internacionais para debater a Justiça Restaurativa, suas possibilidades e desafios para a institucionalização no Poder Judiciário. O encontro promoveu o intercâmbio de conhecimentos, o compartilhamento de experiências e o aprofundamento teórico e prático sobre a matéria.



O evento foi iniciado em 21/05/2026



O 3º vice-presidente do TJMG e coordenador do Comjur, desembargador Rogério Medeiros, ressaltou a importância de substituir a cultura do litígio pela cultura de paz, destacando o sucesso do congresso, que finalizou com a apresentação de trabalhos de pesquisadores da área.

II Seminário Acesso à Justiça e aos Povos Indígenas: Direito, Memória e Território

O evento de caráter multidisciplinar buscou reconhecer as particularidades do acesso à jurisdição pelos povos originários, fomentando a cooperação interinstitucional e a estruturação de fluxos operacionais de inclusão que garantam a efetiva proteção de direitos em Minas Gerais.



O evento foi realizado em 08/05/2026



“Em 37 anos de carreira conduzidos pela racionalidade, o impacto da visita aos Maxakalis foi tão profundo que eu disse a eles que ali eu estava trabalhando com o coração, diante de tantas carências e privações históricas que sofrem.” — Desembargador Rogério Medeiros

Justiça Itinerante

O projeto Justiça Itinerante objetiva a ampliação do acesso à Justiça, levando, periodicamente, a prestação jurisdicional aos residentes em Municípios distantes da sede das comarcas a que pertencem, removendo, assim, barreiras geográficas e econômicas. O projeto é viabilizado por meio de convênios celebrados com os Municípios.

Foram formalizados **6 novos** Convênios



Município de Piracema
Comarca de Passa Tempo



Município de Barão do Monte Alto
Comarca de Palma



Município de Santa Fé de Minas
Comarca de São Romão



Município de Belo Oriente
Comarca de Açucena



Município de Capitão Enéias
Comarca de Francisco Sá



Município de Naque
Comarca de Açucena



Ao todo, são **17 Convênios** vigentes, tendo sido realizadas 2.210 audiências, obtendo-se **1.121 acordos**. Quanto aos serviços de cidadania, foram fornecidos 586 no período de referência.

Cejusc Itinerante

Eventos itinerantes, preferencialmente realizados em Municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que disponibilizam à população os serviços dos Cejusc e das instituições parceiras. Busca levar a cultura da paz e métodos consensuais para comunidades, oferecendo atendimentos de cidadania, orientação jurídica e sessões de conciliação e mediação para resolução amigável e célere de conflitos.


Cronograma **próprio**
Itinerâncias: **59**



Comarcas: **36**



Municípios: **50**



Audiências: **359**



Acordos: **283**



Atendimentos de cidadania: **9.885**



Casamentos comunitários: **1.307**


Cronograma **Ministério Público**
Itinerâncias: **91**



Comarcas: **48**



Municípios: **89**



Audiências: **521**



Acordos: **405**



Atendimentos de cidadania: **3.668**



Casamentos comunitários: **141**


Cronograma **Defensoria Pública**
Itinerâncias: **20**



Comarcas: **12**



Municípios: **17**



Audiências: **286**



Acordos: **235**



Atendimentos de cidadania: **504**



Casamentos comunitários: **83**



Programa Paternidade para Todos



O Programa possibilita, gratuitamente, o reconhecimento de paternidade/maternidade e de outros vínculos genéticos, através de procedimentos pré-processuais nos Cejuscs, além dos atendimentos extrajudiciais de averiguação de paternidade/maternidade, oriundos do Cartório de Registro Civil ao Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP) de Belo Horizonte e dos Serviços de Reconhecimento de Paternidade - SRP implantados nas Comarcas.

Resultado

CRP - CEJUSC BH

Procedimentos instaurados: **4.089**
Exames de DNA realizados: **703**

SRP Santa Luzia

Procedimentos instaurados: **611**
Exames de DNA realizados: **74**

Outros Cejuscs

Exames de DNA realizados: **199**

Programa Inclusão Verde Mundo



Institui política pública permanente de trabalho e articulação em rede para promover ações conjuntas na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Formalizado por termo de cooperação técnica entre diversas instituições do sistema de justiça e outros órgãos públicos, visa criar um ambiente mais inclusivo e acessível.

Participação do 3º Vice-Presidente do seminário “Dia Nacional de Luta dos Direitos das Pessoas com Deficiência”
[20/09/2024](#)

A Coesp participou da 9ª Reunião ordinária da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência
[17/06/2025](#)

Mediação Empresarial



Qualifica o tratamento de demandas empresariais nos setores pré-processual e processual dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Amplia o sistema multiportas, oferecendo ambiente especializado para mediação de litígios corporativos complexos (disputas societárias, contratuais, recuperação de empresas), fomentando soluções rápidas e eficientes.

Foram instalados **04 (quatro)** novos PAPREs empresariais, nas comarcas de Carmópolis de Minas, Turmalina, Araguari e João Monlevade.

Saúde em Consenso



Incrementa e especializa a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em demandas de Direito à Saúde. Promove diálogo e soluções consensuais entre usuários do sistema de saúde, entes públicos, hospitais e operadoras de planos de saúde, visando resolver conflitos de forma célere e eficaz, em casos individuais e coletivos.



Formalização de 4 ACT para instituição de Câmara de Apoio Técnico em Saúde:

Paracatu
Convênio 088/2024

Nanuque
Convênio 222/2025

Ituiutaba
Convênio 241/2025

Belo Horizonte
Convênio 453/2025

Projeto “Meu Lar”



A parceria com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB) visa regularizar, através de pautas concentradas de conciliação, situações jurídicas de aquisição de imóveis em programas habitacionais estaduais. Oferece solução para muitas famílias, garantindo a propriedade formal de suas residências e promovendo a segurança jurídica.



O novo formato do projeto estabelecido em reunião no dia 09/06/2025 resultou em:



Comarcas: **32**



Audiências: **423**



Acordos: **373**

Projeto “Conciliação em Domicílio”



Objetiva otimizar a autocomposição por meio da atuação do Oficial de Justiça como parceiro da conciliação e mediação, que é capacitado para identificar oportunidades de acordo e facilitar o diálogo no cumprimento de mandados, buscando a resolução consensual do litígio.

23

novos Oficiais de Justiça aderiram ao projeto

Totalizando 47 Oficiais de Justiça participantes

118

processos com acordo no projeto

222

oficiais capacitados na formação inicial para adesão ao projeto

Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (Nuiref)

Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (NUIREF) que congrega instituições públicas e privadas envolvidas em procedimentos de regularização fundiária urbana. Seu propósito é reunir esforços interinstitucionais para promover ações que auxiliem na efetivação dos procedimentos de Regularização Fundiária Urbana (REURB) no âmbito do Estado de Minas Gerais.

*Durante a gestão foram realizadas as
10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª reuniões do
NUIREF*

Publicada Portaria n. 1646/2025

Composição do NUIREF



É desnecessária a edição de lei municipal para a implementação da REURB pelos municípios.

Enunciado nº 2 do NUIREF, publicado em 14/03/2025

Reurb de lote deve abranger no mínimo uma quadra ou conjunto de lotes/unidades.

Enunciado nº 3 do NUIREF, publicado em 25/07/2025

A notificação por edital na Reurb depende da prévia tentativa de notificação pessoal.

Enunciado nº 4 do NUIREF, publicado em 25/07/2025



Trabalhos desenvolvidos pelo NUIREF para a estruturação e disponibilização de repositório de informações relativas à Regularização Fundiária, destinado à publicação no Portal do TJMG.

Conversão de união estável em casamento civil - Arena MRV

O projeto possui grande relevância social e institucional, ao possibilitar a regularização gratuita do estado civil de casais, promovendo inclusão social, segurança jurídica, fortalecimento dos vínculos familiares e a efetivação de direitos e garantias legais, ampliando, assim, o acesso à Justiça. Foram realizadas duas edições na Arena MRV, espaço de forte identificação popular, em 07/11/2025 e 29/05/2026, com a consolidação de 101 e 108 casamentos, respectivamente, iniciativa que ampliou o alcance do projeto e aproximou o Poder Judiciário da sociedade.



I Edição
Data 07/11/2025



II Edição
Data 29/05/2026

Nos conhecemos de forma inesperada, em meio a uma grande festa. O ano era 2013, '13' de Galo. Se passaram 13 anos, '13' do Galo novamente, e estamos nos casando oficialmente no estádio do nosso time do coração. Para nós, é a realização de um grande sonho.

Disse a professora Fernanda Rodrigues.

Galeria de Retratos

3º Vice-Presidentes

A galeria de Retratos dos Ex-Terceiros Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, instituída pela Resolução nº 1.076/2024 do Órgão Especial, como expressão do compromisso com a preservação da memória institucional e o reconhecimento de magistrados que contribuíram para o fortalecimento da Terceira Vice-Presidência, foi inaugurada em 22/04/2026.



É atribuição da Assessoria Jurídica da 3ª Vice-Presidência (3ª Asvip) a realização do juízo de admissibilidade e processamento dos recursos ordinário, especial e extraordinário e dos agravos contra suas decisões, direcionados ao Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, respeitada a competência atribuída pelo Regimento Interno do TJMG.

Resultados da 3ª ASVIP durante a gestão

98.644

processos conclusos

90.850

decisões e despachos
ordinatórios proferidos

CLASSE PROCESSUAL	NÚMERO DE DECISÕES/DESPACHOS
Recurso Especial	63.948 decisões de admissibilidade recursal
Recurso Extraordinário	4.851 decisões de admissibilidade recursal
Agravo Interno	1.821 decisões monocráticas 480 votos em colegiado
Embargos de Declaração	910 decisões
Despachos Ordinatórios	17.112 despachos
Outros tipos	1.728 decisões
PRODUTIVIDADE	73.738 decisões e votos 17.112 despachos ordinatórios
TOTAL GERAL	90.850

Ações e iniciativas

Assessoria Jurídica da 3ª Vice-Presidência (3ª Asvip)



Em estrita observância ao rito do artigo 1.036 do Código de Processo Civil (CPC), a Terceira Vice-Presidência admitiu e encaminhou importantes Grupos de Representativos de Controvérsia ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), abrangendo matérias de grande impacto:

Esfera Criminal

Grupo de Representativos nº 40: Busca definir a possibilidade de relativização da presunção absoluta de violência em casos de estupro de vulnerável, referentes a fatos ocorridos em momento anterior à inovação legislativa promovida pela Lei nº 15.353/26.

Esfera Cível

Grupo de Representativos nº 49: Destinado a pacificar se o desconto não autorizado efetuado diretamente em benefício previdenciário configura dano moral presumido (*in re ipsa*).

Grupo de Representativos nº 50: Analisa o impedimento ou não da cumulação dos benefícios de auxílio-acidente com aposentadoria especial ou por invalidez decorrentes do mesmo fato gerador, sob a ótica da Lei nº 8.213/91 e da Lei nº 9.528/97.

Grupo de Representativos nº 51: Examina a natureza jurídica do vício que atinge os contratos de cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável (RMC) por ausência de manifestação válida de vontade, erro substancial ou prática abusiva. A controvérsia define se o caso enseja nulidade absoluta (Art. 169 do Código Civil) ou anulabilidade (Art. 178 do CC) e, subsidiariamente, se o prazo extintivo aplicável deve ser contado da celebração do contrato ou da cessação dos descontos no benefício previdenciário.

Controvérsia nº 730 (STJ)/ Tema nº 91 (IRDR-TJMG): O recurso especial nº 2.209.304/MG (Controvérsia nº 730), admitido pela 3ª Vice-Presidência do TJMG em face do acórdão proferido no Tema nº 91 do IRDR, foi afetado, em 07/10/2025, pela Corte Especial do STJ ao rito dos recursos repetitivos (art. 1.036 do CPC), para definir se é prescindível a comprovação de prévia tentativa de solução extrajudicial para caracterizar o interesse de agir em ações prestacionais de consumo.

Ações e iniciativas

Assessoria Jurídica da 3ª Vice-Presidência (3ª Asvip)



7 acordos realizados após o encaminhamento do recurso ao Cejusc de 2º Grau em fase de juízo de admissibilidade

Projeto Imersão: Precedentes na Prática no STJ e STF (07/10/2024 a 10/10/2024)

Visita institucional e imersão junto às equipes da Presidência e de triagem das Cortes Superiores. A iniciativa permitiu mapear os critérios objetivos e subjetivos de análise de repercussão geral e recursos repetitivos, bem como conhecer as ferramentas de inteligência artificial aplicadas aos julgamentos (Victor, Rafa 2030 e Vitoria).



O 3º Vice-Presidente do TJMG passou a integrar o Fórum Nacional dos Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais (**Fonavice**)

Criado em maio de 2025 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Fórum, de caráter permanente, tem como finalidade promover estudos, alinhar diretrizes e aperfeiçoar práticas voltadas ao desenvolvimento e à melhoria dos procedimentos de admissibilidade de recursos no STJ.



Na **Inspeção do CNJ** de março de 2026, foi reconhecida a atuação tempestiva e eficiente da Terceira Vice-Presidência, com elevada produtividade e inexistência de processos conclusos há mais de 120 dias.

Participação em eventos jurídicos:

Imersão: Precedentes na Prática.....

 Superior Tribunal de Justiça

 10 e 11 de junho de 2024

 Supremo Tribunal Federal

 12 e 13 de junho de 2024



VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados

 Tribunal Superior do Trabalho (realizado pelo STF, STJ e TST)

 9 e 10 de setembro de 2024

II Congresso Sistema Brasileiro de Precedentes

 UFMG (realizado pelo MPMG)

 21, 22 e 23 de outubro de 2024

Cerimônia de Assinatura do Ato Normativo de Adesão das Turmas Recursais de São João del-Rei e Formiga à Central de Processos Eletrônicos - Turmas Recursais, CPE-TR

 TJMG - Formiga e São João del-Rei

 28 de janeiro de 2025

Assinatura do Ato Normativo da Turma Recursal - Portaria Conjunta nº 1.643/PR/2025

 TJMG - Conselheiro Lafaiete

 11 de março de 2025



Participação em eventos jurídicos:

I Encontro com Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais sobre Admissibilidade de Recursos dirigidos aos Tribunais Superiores

 Superior Tribunal de Justiça

 8 de abril de 2025



Congresso Internacional de Precedentes

 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

 12 e 13 de junho de 2025

1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal

 Superior Tribunal de Justiça

 07 a 10 de setembro de 2025

Congresso Nacional dos Juizados Especiais.....

 Foz do Iguaçu

 16 a 18 de setembro de 2025



II Encontro Sobre Admissibilidade de Recursos

 Superior Tribunal de Justiça

 03 e 04 de novembro de 2025

IV Jornada de Direito Processual Civil.....

 Conselho da Justiça Federal

 09 a 11 de novembro de 2025



VII Encontro Nacional sobre Precedentes

 Superior Tribunal de Justiça

 03 a 05 de dezembro de 2025

Participação em eventos jurídicos:

 **1º Congresso STJ da Primeira Instância Federal e Estadual**

 Superior Tribunal de Justiça

 15 a 17 de dezembro de 2025

 **39º Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça (Encor)**

 CGJ TJMG - Diamantina

 18 a 20 de março de 2026

 **Oficina I e III – Vitaliciar**

 TJMG - Tiradentes

 24 e 25 de março de 2026

 **III Encontro com Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais sobre Admissibilidade de Recursos Dirigidos aos Tribunais Superiores**

 Superior Tribunal de Justiça

 11 e 12 de maio de 2026

 **2º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual**

 Superior Tribunal de Justiça

 19 de maio de 2026



 **2º Congresso STJ da 1ª Instância Federal e Estadual**

 Superior Tribunal de Justiça

 14 a 16 de junho de 2026

 **VIII Encontro Nacional de Precedentes Qualificados: diálogos para integração**

 Supremo Tribunal Federal

 17 a 19 de junho de 2026

**Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais
de Justiça do Brasil (CPVIP)**

2º Encontro

TJMA 

15 e 16 de agosto de 2024 



 3º Encontro

 TJRJ

 12 e 13 de dezembro de 2024

4º Encontro

TJSC 

26 e 27 de junho 2025 



Encontro Nacional de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça (ENAVIP)

5º Encontro



TJDFT



27 e 28 de novembro de 2025



6º Encontro



TJRS



27 e 28 de maio de 2026



Publicação periódica que divulga ações, projetos e inovações em conciliação, mediação e outros métodos adequados de resolução de conflitos implementados pelo Tribunal de Justiça, por meio da 3ª Vice-Presidência. Serve como canal de comunicação e transparência, compartilhando boas práticas, resultados e informações relevantes com magistrados, servidores, operadores do direito e a sociedade em geral.

22

Edições do boletim

9

Intercâmbio de Experiências

Participação em eventos e outras iniciativas

Encontro sobre Justiça Restaurativa no Paraná

O desembargador Rogério Medeiros, 3º vice-presidente do TJMG, representou o Tribunal em encontro sobre Justiça Restaurativa e ODS no TJPR em julho de 2024.



Encontro sobre Justiça Restaurativa em Santa Catarina

Em 11/11/2024, na sede da Justiça Federal de Santa Catarina, foi aberta a II Jornada para o Desenvolvimento da JR na América Latina. O evento contou com a participação de comitiva do TJMG composta por desembargadores, magistrado auxiliar e equipe do Cotac e Cejusc de 2º Grau.



21º Encontro Internacional de Juristas

De 26 a 29/01/2025, foi realizado o 21º Encontro Internacional de Juristas, promovido pela Rede Internacional Excelência Jurídica, no Panamá. O desembargador Rogério Medeiros, fez parte da sessão de entrevistas com o advogado e escritor Gilbert Di Angellis. Na ocasião, o magistrado apresentou a palestra “Juízes robôs: ameaça para os direitos fundamentais”





1º Simpósio Internacional de Justiça Terapêutica

Promovido em 19/03/2025. Na ocasião, foi assinado um acordo bilateral, entre o TJMG e a UFMG, para desenvolver estudos de métodos adequados a serem aplicados em demandas que envolvam a Justiça Terapêutica.

Participação no Encontro Nacional de Mulheres na Justiça Restaurativa

Em 19/03/2025, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres na JR, com participação do TJMG representado pela desembargadora Mariangela Meyer e outras magistradas e servidoras, que destacaram a relevância da atuação feminina na construção de práticas restaurativas.



Participação na inauguração do Cejusc/STJ



Em 22/04/2025, o desembargador Rogério Medeiros, representou o presidente do TJMG, desembargador Luiz Carlos Corrêa Júnior, na inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

XII Jornada de Soluções Autocompositivas - Fortalecendo Alianças e 2º Encontro de Nupemecs da Região Sul do FONAMEC

A 3ª Vice Presidência marcou presença na XII Jornada de Soluções Autocompositivas - Fortalecendo Alianças, no 2º Encontro de Nupemecs da Região Sul do FONAMEC e realizou visita técnica ao NUPEMEC/TJRS, em outubro de 2025.



Fórum de Política Autocompositiva

O 3º vice-presidente do TJMG participou do Fórum de Política Autocompositiva: Justiça em Diálogo, em Ponte Nova, em 05 de novembro de 2025.

II Congresso Internacional de Filosofia

“Mediação Preventiva de Conflitos e a Construção da Cultura de Paz nas Escolas” foi o tema da palestra que o desembargador Rogério Medeiros proferiu no II Congresso Internacional de Filosofia, realizado de 17 a 21/11, na Universidade de Cartagena, na Colômbia.



Diálogos da Justiça Consensual – Comissões Autocompositivas e Magistratura

Com o objetivo de ampliar o diálogo e fortalecer práticas de autocomposição no Judiciário, o desembargador Rogério Medeiros, participou, em 10/03/2026, de evento realizado pela OAB/MG.



VIII Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos

O desembargador Rogério Medeiros foi um dos palestrantes do VIII Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e do IX Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CejuCs), realizados em Palmas (TO) no dia 15/05/2026.



Superendividamento: aspectos práticos e procedimentais

Em 09/06/2026, a Ejef promoveu, em parceria com a 3ª Vice-Presidência do TJMG e a OAB/MG, a abertura do curso “Superendividamento: aspectos práticos e procedimentais – Turma 1/2026”, no Auditório do Tribunal Pleno do TJMG.



A gestão 2024–2026 promoveu importante marco de fortalecimento institucional da Terceira Vice-Presidência. Por meio da Resolução nº 1.138/2026, aprovada pelo Órgão Especial, foi estruturada a Superintendência de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, diretamente vinculada à Terceira Vice-Presidência e exercida pelo Terceiro Vice-Presidente.

A nova organização reafirma a vocação regimental da Terceira Vice-Presidência na condução da Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses e da Justiça Restaurativa no TJMG, em primeira e segunda instâncias. O modelo passou a integrar planejamento, gestão de projetos afetos à matéria autocompositiva, apoio técnico-jurídico, acompanhamento de resultados, coordenação dos CEJUSCs e articulação institucional em uma estrutura própria e especializada.

A reestruturação consolidou uma governança orientada por planejamento, especialização técnica, dados e resultados, ampliando a capacidade institucional da Terceira Vice-Presidência para desenvolver políticas públicas de pacificação social, fortalecer a rede de CEJUSCs e impulsionar soluções adequadas para os conflitos e à Justiça Restaurativa.

Diretoria Executiva de Planejamento e Gestão da 3ª Vice-Presidência – DIRTEVI

Criada para integrar o planejamento estratégico, a execução de programas e ações, a gestão orçamentária, a consolidação de indicadores e a padronização de processos de trabalho da Terceira Vice-Presidência.

Assessoria Técnica e Jurídica de Planejamento e Gestão – ASTEVI

Estruturada para oferecer subsídios técnico-jurídicos à tomada de decisões, elaborar pareceres, acompanhar a evolução normativa da política autocompositiva e apoiar a elaboração de atos, comunicações e instrumentos de gestão.

Gerência de Tratamento Adequado de Conflitos – GETAC

Responsável pela gestão das políticas de conciliação, mediação e Justiça Restaurativa, pelo acompanhamento dos resultados dos CEJUSCs, pela gestão de cadastros e pelo suporte à atuação de conciliadores, mediadores e facilitadores restaurativos.

Coordenações especializadas

A GETAC passou a contar com a Coordenação de Apoio ao Tratamento Adequado de Conflitos – COTAC, voltada ao suporte à rede de CEJUSCs, e com a Coordenação de Apoio à Justiça Restaurativa – COAJUR, destinada à condução e ao acompanhamento das iniciativas restaurativas no âmbito do Tribunal.

Gerência dos CEJUSCs de 2º Grau e Especializados – GECESP

Instituída para assegurar apoio específico aos CEJUSCs de segundo grau e especializados, com suporte operacional conferido pela Coordenação de Apoio aos CEJUSCs de 2º Grau e Especializados – COACESP.

Gerência de Estratégia e Projetos – GEREST

Criada para apoiar a elaboração, a análise, a implantação e o acompanhamento de projetos estratégicos, inclusive com estudos de risco, custo-benefício e interlocução com parceiros institucionais. Sua atuação é apoiada pela Coordenação de Estratégia e Projetos – COESP.



Biênio 2024-2026
3ª Vice-Presidência